

ÍNDICE

1. Objetivos de Gestão previstos (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2. Gestão do Risco Financeiro.....	4
3. Limite de crescimento do Endividamento.....	6
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) e divulgação dos atrasos nos pagamentos.....	7
5. Cumprimento das Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2015	8
6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações.....	8
7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do do Estatuto do Gestor Público (EGP).....	12
8. Cumprimento do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de outubro	12
9. Elaboração e Divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março].....	12
10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1, do artigo n.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro].....	13
11. Aplicação das Normas de Contratação Pública.....	13
12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	15
13. Medidas adotadas no âmbito da frota automóvel.....	15
14. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 96.º do DLEO 2016]	15
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).....	18
16. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas.....	18
17. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal DGTF).....	19
18. Cumprimento das orientações legais.....	19

Cumprimento das Orientações Legais

1. Objetivos de Gestão previstos (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARF, S.A.

As orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração para o mandato 2016/2018 foram as seguintes:

- Dar continuidade à prossecução dos principais objetivos que têm norteado a atividade das empresas do Grupo SIMAB, centrados na racionalização dos recursos, na sustentabilidade ambiental, na alienação e/ou rentabilização de ativos não estratégicos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos pela empresa e a minimização do esforço financeiro do Estado;
- Elaborar um Plano Estratégico que reposicione os Mercados Abastecedores no contexto da distribuição moderna e a atividade do Grupo SIMAB em termos de revitalização dos mercados municipais e apoio à comercialização de produtos de cadeia curta;
- Dinamizar e concretizar parcerias que criem valor em termos de dinamização económica, responsabilidade social e combate ao desperdício alimentar.

Os objetivos quantitativos estão alinhados com os objetivos definidos pela tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB, para o triénio 2015/2017, traduzindo-se na obtenção de uma variação positiva do EBITDA, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução dos gastos com comunicações, deslocações /alojamento e viaturas, redução do peso da dívida face ao capital próprio, o aumento da rentabilidade acionista e a redução dos prazos de pagamento a fornecedores.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO de 2016, seguindo as linhas de orientação dos objetivos estabelecidos ao nível da holding:

un: Euro

Objetivos	Indicador	Real 2016	Orçamento 2016	Variação ABS	%
Potenciar os espaços comerciais existentes	EBITDA ^{(1) (2)}	813 895	804 628	9 268	1%
	(FSE's + Gc/P)/VN	34,1%	33,9%	0,17%	
Racionalização de recursos	<i>Volume de Negócios (72 + 78)</i>	1 336 387	1 338 590	-2 203	0%
	<i>FSE's</i>	300 015	300 490	-475	0%
	<i>Gastos c/Pessoal</i>	155 186	153 213	1 973	1%
Gastos com Comunicações	Gastos com Comunicações	3 934	3 638	296	8%
Gastos com deslocações / Alojamento	Gastos com deslocações / Alojamento	63	43	19	44%
Gastos com viaturas	Gastos com viaturas	7 964	7 474	490	7%
Redução Prazo Médio de Pagamentos	PMP Fornecedores (dias)	29	43	-14	-33%
Redução de Endividamento	Dívida/Capital Próprio	-317,6%	-317,6%	0%	
Aumento Rentabilidade Acionista	EBIT/Capital Próprio ⁽²⁾	nd	nd		
Investimento	Valor anual do Investimento	34 423	37 450	-3 027	-8%
Quadro de Pessoal	Nº Total de RH	5	5	0	0%

⁽¹⁾EBITDA segundo o SNC expurgado dos rendimentos originados pela integração plena das taxas de acesso decorrente de rescisões contratuais com operadores

⁽²⁾ Exclui operações extraordinárias aprovadas pelo acionista

Salienta-se que os dados apresentados não incorporam o impacto das perdas/reversões de imparidades decorrentes do teste de imparidades dos ativos fixos do MARF, sendo esta uma operação de caráter extraordinário aprovada pela Parpública, SGPS, SA.

Neste contexto, o *EBITDA* apresenta-se acima da meta definida para 2016, em 9,3 milhares de euros (+1%). Esta evolução resulta do efeito conjugado do desvio favorável, ao nível dos rendimentos operacionais, em 3 milhares de euros e de um desvio favorável nos gastos operacionais em 6,3 milhares de euros. O rácio dos gastos operacionais e gastos com pessoal no volume de negócios situou-se 0,17 p.p. aquém da meta estabelecida para o orçamento.

Os gastos com comunicações apresentam-se superiores em 8% (296 euros), quando comparados com o orçamento.

Os gastos com deslocações/alajamento, em 2016, apresentam-se superiores ao orçamento em 19 euros, decorrente de deslocações em serviço no âmbito da dinamização da atividade comercial.

Os gastos com viaturas são superiores ao orçamento em 0,5 milhares de euros (+7%) uma vez que, foram suportados gastos manutenção da viatura afeta à área operacional do mercado, pertencente à frota da empresa há 16 anos, no montante de 0,9 milhares de euros, situando-se 0,5 milhares de euros acima do orçamento.

O prazo médio de pagamentos, em 2016, situou-se em 29 dias, traduzindo uma redução de 13 dias face ao valor orçamentado.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo remunerado ascendeu a 17.343,5 milhares de euros, situando-se 68,9 milhares de euros abaixo do PAO 2016. A MARF, S.A. acumulou no passado resultados líquidos negativos de montante significativo, facto que aliado ao reconhecimento da imparidade em ativos fixos, em 31/12/2013, conduziu à apresentação de capitais próprios, situação que determina a adoção de medidas de reestruturação que permitam inverter o desempenho da empresa. Por forma a garantir a continuidade das operações e dando cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da MARF, S.A. tem vindo a desenvolver, com os seus acionistas, propostas de planos de recapitalização da sociedade. Dado o enquadramento legal associado ao setor empresarial do estado e às orientações recebidas, não foi oportuno avançar com o processo em 2016.

O valor do investimento realizado em 2016 correspondeu a uma execução orçamental de 92%.

A MARF, S.A apresenta, em 31 de dezembro de 2016, um total de 5 colaboradores, menos 1 que em dezembro de 2015.

A MARF, S.A. não é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, pelo que a al. c) este ponto não é aplicável.

2. Gestão do Risco Financeiro

A atividade da MARF, S.A. está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da empresa é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Ao nível da gestão do risco de liquidez, a adoção de uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com a maturidade dos seus ativos.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a MARF, S.A. tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARF, S.A.:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;
- Prestações acessórias de capital, realizadas pelo acionista SIMAB, S.A. no montante de 12.843,5 milhares de euros.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, a MARF, S.A. procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas mais eficientes. Neste contexto, destaca-se a operação de financiamento contratada com o Banco Europeu de Investimento, em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis, quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento. No âmbito deste financiamento foi obtida, em 2013, garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros.

A totalidade da dívida financeira da MARF, S.A. está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro³.

A gestão criteriosa do risco financeiro, a redução do passivo bancário, a melhoria das condições de *pricing* do financiamento, na sequência da política de concentração de crédito na *holding*, em condições mais vantajosas permite apresentar uma evolução significativamente favorável nos encargos financeiros.

A dívida financeira da MARF, S.A. tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 17.343 de milhares de euros em 31 de dezembro de 2016, que compara com 17.788,9 milhares de euros em 2015 (-3%). A empresa tem vindo assim a reforçar a sua estrutura de capital, por via do reforço da sua capacidade de auto financiamento.

A redução do passivo bancário, a melhoria das condições de *pricing* do financiamento e o fim de contratos de operação de cobertura de risco de taxa de juro (SWAPS), em março de 2013, permitiu apresentar uma evolução favorável dos encargos financeiros e uma redução significativa da taxa média de financiamento.

³ Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

Euro	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros	227.667	368.660	511.778	743.971	104.391
Taxa Média de Financiamento (%)	1,30%	2,06%	2,86%	4,18%	5,16%

* Inclui contratos Swap (2013)

3. Limite de crescimento do Endividamento

Nos termos definidos no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (Lei do Orçamento de Estado para 2016 - LOE2016) o crescimento do endividamento em 2016 face a 2015 é limitado a 3%.

A MARF, SA cumpre os limites de endividamento definidos, tendo o Passivo remunerado em 2016, diminuído em 445,3 milhares de euros (-3%), face a 2015.

Passivo Remunerado

Euro	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
					Valor	%
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos ⁽¹⁾	16.343.523	16.788.823	16.960.159	16.692.281	-445.300	-3%
Passivo corrente						
Financiamentos obtidos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.150.000	0	0%
- dos quais concedidos pela DGTF	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aumentos de capital por dotação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aumentos de capital por conversão de créditos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Endividamento Ajustado	17.343.523	17.788.823	17.960.159	17.842.281	-445.300	-3%

⁽¹⁾ Inclui prestações acessórias de capital

Relativamente à tipologia de financiamento, em 31 de dezembro, a dívida financeira líquida da empresa, decompunha-se da seguinte forma:

Dívida Financeira em 31 de dezembro

Euro	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
					ABS	%
BEI	4.500.000	5.500.000	6.500.000	7.500.000	-1.000.000	-18%
Empréstimos Bancários MLP	0	0	0	750.000	0	n.a.
Linhas Curto Prazo	0	0	0	0	0	n.a.
Prestações Acessórias	12.843.523	12.288.823	11.460.159	9.592.281	554.700	5%
Total	17.343.523	17.788.823	17.960.159	17.842.281	-445.300	-3%
Disponibilidades	24.003	8.466	20.338	31.725	15.537	184%
Dívida Líquida	17.319.521	17.780.358	17.939.821	17.810.556	-460.837	-3%

Em novembro de 2014, a SIMAB e as suas participadas obtiveram despacho⁴ favorável ao pedido de exceção deste regime⁵, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

- O indicador do (PMP)⁶ a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2016	2015	Variação 16/15	
			Valor	%
Prazo (dias)	29	53	-24	-45%

O indicador do PMP em 2016 é de 29 dias, que compara com 53 dias no período homólogo de 2015, consubstanciando uma redução de 24 dias, ou seja, uma diminuição de 45%, o que evidencia o esforço de gestão de tesouraria operacional.

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

▪ Divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”)

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARF, S.A. apresenta à data de 31/12/2016, os seguintes atrasos nos pagamentos:

Un: Euro

Dívidas vencidas	0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e Serviços	64.183	0	0	0	69
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0
Total	64.183	0	0	0	69

⁴ Despacho nº 2318/2014 - SET

⁵ Nos termos do previsto no nº 2 do artigo 29º do DL 133/2013 de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20º da Lei nº 75-A/2014 de 30 de setembro

⁶ Calculado nos termos da RCM nº 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho nº 9870/2009, de 13 de abril
O valor referido no RGC de 2015 foi corrigido, uma vez que o saldo de fornecedores incluía dívida à SIMAB, SA relativa a juros de prestações acessórias de capital, não estando refletidos no denominador os encargos com esta dívida.

O «atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de fatura relativa ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dívidas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo do critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

O valor evidenciado com antiguidade superior a 360 dias refere-se essencialmente a saldos em análise pela MARF.

5. Cumprimento das Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2015

As contas da MARF, S.A. referentes ao exercício de 2015, foram aprovadas em Assembleia Geral de 29 de março de 2016, onde foi discutida e analisada a necessidade de uma intervenção acionista, ao abrigo do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Por forma a garantir a continuidade das operações e dando cumprimento ao artigo 35.º do CSC, o Conselho de Administração da MARF, S.A. tem vindo a desenvolver, com os seus acionistas, propostas de planos de recapitalização da sociedade. Dado o enquadramento legal associado ao setor empresarial do estado e às orientações recebidas, não foi ainda oportuno avançar com o processo em 2016.

6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações

▪ Remunerações dos Órgãos Sociais

A MARF, S.A. aplicou as orientações vigentes em 2016 relativas às remunerações.

A MARF, S.A. aplicou os efeitos salariais previstos na lei, que estipula a reversão progressiva (trimestralmente), da redução remuneratória, até à sua extinção no último trimestre de 2016, Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro e Lei n.º 7-A/2016, em consonância com a informação prestada pelos membros dos Órgãos Sociais.

1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto Pago (€)
2016/2018	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	200,00	0,00
	Secretário	Nuno Henrique Eva Ferreira	100,00	0,00

No exercício de 2016 não foram processadas senhas de presença à mesa da Assembleia Geral.

2. Conselho de Administração

No exercício de 2016 apresentaram-se em funções 2 mandatos:

Mandato I: na reunião da Assembleia Geral da MARF, S.A. de 17 de julho de 2015, foram nomeados os órgãos sociais para conclusão do mandato 2013/2015 que esteve em vigor até 28/3/2016.

Mandato II: na reunião da Assembleia Geral da MARF, S.A. de 29 de março de 2016, foram nomeados os órgãos sociais para o mandato 2016/2018 e definidas as respetivas remunerações.

Em Assembleia Geral da MARF, S.A., realizada em 27 de julho de 2016, foram demitidos por proposta da SIMAB, S.A., nos termos e ao abrigo dos números 1 e 2, do artigo 26º, do EGP, os administradores Dr. David da Piedade Ferreira e o Eng.º Miguel Rocha Ferreira Roquette, e eleitos para conclusão do mandato em curso (triénio 2016-2018), em substituição dos administradores supra referidos, o Presidente: Dr. Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e o vogal: Dr. Gonçalo Matos Correia Castro de Almeida Velho.

Por forma a facilitar a exposição relativamente à composição dos órgãos sociais, será feita a distinção entre os dois períodos do mandato 2016/2018.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO		N.º Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade	Pagadora(O/D)	
2013/2015	Presidente	David da Piedade Ferreira	AG	17-07-2015	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Miguel Rocha Ferreira Roquette	AG	17-07-2015	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Teresa Alexandra Viegas Correia	AG	17-07-2015	n.a.	n.a.	2
2016/2018 - 1ª parte	Presidente	David da Piedade Ferreira	AG	29-03-2016	n.a.	n.a.	2
	Vogal	Miguel Rocha Ferreira Roquette	AG	29-03-2016	n.a.	n.a.	2
	Vogal	Teresa Alexandra Viegas Correia	AG	29-03-2016	n.a.	n.a.	3
2016/2018 - 2ª parte	Presidente	Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo	AG	27-07-2016	n.a.	n.a.	1
		Gonçalo Matos Correia Castro de Almeida Velho					
	Vogal	Almeida Velho	AG	27-07-2016	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Teresa Alexandra Viegas Correia	AG	27-07-2016	n.a.	n.a.	3

⁽¹⁾ Assembleia Geral (AG)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Relativamente às remunerações do Conselho de Administração:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
David da Piedade Ferreira	S	C ⁽¹⁾	0,00	n.a
Miguel Rocha Ferreira Roquette	S	C ⁽¹⁾	0,00	n.a
Teresa Alexandra Viegas Correia		n.a. ⁽²⁾	565,00	n.a
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo	S	C ⁽¹⁾	0,00	D
Gonçalo Matos Correia Castro de Almeida	S	C ⁽¹⁾	0,00	D
Teresa Alexandra Viegas Correia	S	n.a. ⁽²⁾	565,00	n.a

(1) Classificação atribuída na *holding* [SIMAB]

(2) Vogal - indicada pelo Município de Faro (não aufere)

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público;

Conforme referido, os órgãos sociais da empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam. No que respeita aos vogais executivos nomeados pela SIMAB, S.A., o desempenho de cargos sociais é debitado mensalmente pela SIMAB, S.A. à MARF, S.A.

O Desempenho de Cargos Sociais foi estabelecido em Assembleia Geral nos seguintes montantes:

- Presidente (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de 690 euros.
- Vogais (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de 565 euros.

A MARF, S.A. não incorre noutros gastos relativamente a comunicações móveis, viaturas e deslocações em serviço de nenhum dos membros do Conselho de administração.

Não são processadas quaisquer remunerações ao Vogal, Arq. Teresa Alexandra Viegas Correia, indicada pelo acionista Município de Faro, sendo apenas suportado encargos com seguro de saúde.

3. Fiscalização - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários do ROC, nomeado na Assembleia Geral de 29 de março de 2016, foram definidos de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de acordo com a deliberação tomada na mesma Assembleia, a qual define como valor de remuneração do Fiscal Único o valor mensal de Euro 360, acrescido de iva à taxa legal em vigor.

U: euros

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Contratada ⁽²⁾		
2016/2018	ROC/Fiscal Único	A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Manuel Marques da Costa Figueiredo	800	20160430	AG	360,00	5	4
	ROC Suplente	Grant Thornton & Associados, Lda, representada por Dr. Carlos Lisboa Nunes ⁽³⁾	427	20161113	AG	-	10	3

SROC

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratórias	Valor Final (4) = (1) - (2) +(3)
A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC, representada pelo Dr. Manuel Marques da Costa	4.320,00	0,00	0,00	4.320,00

4. Auditor Externo

A auditoria às contas da MARF, S.A. é realizada pelo ROC e SROC referidos no ponto anterior, não se aplicando outro auditor externo.

▪ Remuneração do Auditor Externo

A auditoria às contas da MARF, S.A. é realizada pelo SROC/ROC referidos no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

c) Remunerações dos restantes trabalhadores

- Foi dado cumprimento às orientações vigentes em 2016 relativas às remunerações, aplicando os efeitos salariais previstos na lei, que estipula a reversão progressiva (trimestralmente), da redução remuneratória, até à sua extinção no último trimestre de 2016, Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro e Lei n.º 7-A/2016;
- Foi dado cumprimento à proibição de valorizações remuneratórias nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2017, relativas a 2016, de acordo com a Lei 42/2016 de 28/12 (OE 2017).

7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

- a) Os membros do Conselho de Administração da MARF, S.A. não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- b) Os membros do Conselho de Administração da MARF, S.A. não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas de representação pessoal;
- c) Os membros do Conselho de Administração da MARF, S.A. não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- d) Os membros do Conselho de Administração da MARF, S.A não utilizam viaturas de serviço.

8. Cumprimento do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

Foi dado Cumprimento ao disposto do n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, pelo não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e Divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens
[n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]

A MARF, S.A. apresenta em 31/12/2016 um total de 5 (cinco) trabalhadores, sendo 3 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. A Direção do Mercado é assumida por 1 homem, sendo um outro afeto à área operacional do Mercado. No caso das mulheres, 3 assumem cargos técnicos e administrativos, das quais uma está ligada à área operacional do Mercado. Em setembro de 2016 foi rescindindo o contrato, por mútuo acordo, com 1 trabalhador do sexo masculino que desempenhava funções na área operacional do Mercado.

Quanto às remunerações globais auferidas no ano de 2016, são as abaixo referidas.

Un: Euro

Descrição	Mulheres	Homens
N.º de pessoas	3	2 ⁽¹⁾
Peso Género (%)	60%	40%
Remunerações	33.532	53.745
Subs. Alimentação	3.828	4.205
Subs. De Férias	2.794	5.645
Subs. De Natal	2.794	3.916

Nota (1) O valor do S.F. incorpora os proporcionais de SF relativos a 2017 decorrente da saída de colaborador no final de set. de 2016

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1, do artigo n.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro]

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses e os respetivos relatórios anuais são elaborados pela SIMAB, S.A. sendo a sua aplicação e abrangência extensível a todas as sociedades do Grupo. A sua divulgação é feita no site da MARF, S.A. www.marf.pt. Quanto ao Relatório Anual de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses relativo ao exercício de 2016, o mesmo foi elaborado pelo Coordenador do Plano em 2 de janeiro de 2017 e aprovado na reunião de Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017.

11. Aplicação das Normas de Contratação Pública

a) Cumprimento das normas de contratação pública pela MARF, SA

A MARF, S.A. cumpre com a orientação constante do Despacho n.º 438/10-SETF de 10 de maio.

Todas as empresas do Grupo SIMAB estão sujeitas ao regime da contratação pública, recorrendo a meio eletrónico (mail ou plataforma eletrónica - www2.compraspt.com) para procedimentos de contratação pública.

Em 2016, a MARF, S.A. lançou na Plataforma Eletrónica um concurso público, tendo efetuado, nos termos do artigo 20.º do CCP 3 (três) procedimentos por ajuste direto com carta convite e caderno de encargos, por recurso a meio eletrónico.

Além dos procedimentos supra referidos, foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 92 (noventa e dois) ajustes diretos simplificados.

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Existem procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços. No ano de 2016, com a alteração dos membros do Conselho de Administração da SIMAB e consequentemente em todas as sociedades do Grupo, foram alteradas algumas metodologias relativas à aquisição de bens e serviços. Os limites materiais subjacentes às delegações de competências foram aprovados pelo Conselho de Administração⁷, nas seguintes condições e limites:

- A autorização de qualquer despesa de investimento terá de ser, sempre, aprovada pelo Conselho de Administração da SIMAB S.A. e/ou suas participadas, sob proposta fundamentada do serviço proponente, indicando o cabimento orçamental ou justificando a urgência ou oportunidade da despesa em causa, bem como o procedimento legal a utilizar na sua execução;
 - A autorização da realização de despesas correntes ao abrigo da delegação de competências, deverá pressupor, sempre, previsão no orçamento aprovado;
 - No que respeita às despesas correntes expressamente previstas nos respetivos orçamentos aprovados, o CA da SIMAB, S.A. delega em cada um dos seus membros e em cada um dos membros do CA das restantes Empresas do Grupo, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 5.000 €;
 - Quando estejam em causa despesas do tipo e na situação expressa no número anterior, o CA da SIMAB, S.A. delega ainda na Direção Financeira, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 800 € (oitocentos euros) e nos Diretores dos Mercados do Grupo SIMAB, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 300 €;
 - No caso de proposta de realização de despesas correntes que não estejam expressamente previstas nos respetivos Orçamentos / Planos de Atividades, desde que com caráter excecional, sejam fundamentadas pelos Responsáveis, validadas pela Direção Financeira e haja disponibilidade orçamental na rubrica em causa, o CA da SIMAB, S.A. delega em cada um dos seus membros e em cada um dos membros do CA das restantes Empresas do Grupo SIMAB a autorização de despesas até um montante máximo de 2.000 €;
 - A apresentação de propostas de autorização de despesas deverá ser sempre precedida da intervenção da Direção Financeira e da Direção Jurídica;
 - A Direção Financeira da SIMAB, S.A. deverá validar a cabimentação proposta ou avaliar a viabilidade da sua obtenção;
- c) Na MARF, S.A. não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

⁷ Nota Interna n.º 06/2016 de 4 de outubro de 2016

12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A MARF, S.A. aderiu, em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), tendo a contratação do fornecimento de energia elétrica para todos os Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB sido efetuada através do Acordo Quadro de fornecimento de eletricidade.

13. Medidas adotadas no âmbito da frota automóvel

Em 2016, a MARF, S.A. manteve como linha de orientação a restrição na aquisição de veículos novos, considerando a adequação às necessidades específicas dos serviços.

Foram revistas as tipologias dos veículos e respetivos valores de aquisição, valores de renda ou aluguer mensal, de modo a reduzir os custos associados.

Têm sido asseguradas as reduções dos gastos associados à frota automóvel em todas as empresas no grupo SIMAB, nomeadamente pela revisão em baixa da categoria e dos valores mensais do aluguer de viaturas, para além da eliminação de *plafonds* de combustível de viaturas atribuídas a cargos de direção desde 2012.

No final de 2016, a frota automóvel da MARF, S.A. é composta por duas viaturas: (i) uma viatura afeta ao cargo de direção do mercado, através de contrato de locação operacional, celebrado por 48 meses, sendo prolongado ou antecipado sempre que daí resulte uma opção economicamente vantajosa para a empresa; (ii) outra viatura afeta à área operacional que pertence ao ativo fixo da empresa há 16 anos;

14. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 96.º do DLEO 2016]

Dando cumprimento às instruções sobre a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão (IPGs), para 2016, no que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a MARF, S.A. tem adotado, nos últimos anos, uma política de contenção de gastos e de melhoria contínua, o que tem permitido alcançar ganhos de eficiência operacional, e sempre numa exigente disciplina e rigor no controlo de gastos, resultado quer da estratégia da empresa, quer do cumprimento das orientações da tutela na definição de objetivos concretos de poupança nestas rubricas.

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE's + Gastos com o Pessoal), as orientações recebidas da DGTF, para a elaboração dos IPG de 2016 determinavam que, empresas

com *EBITDA* positivo deveriam assegurar a redução do rácio (FSE's + Gastos com o Pessoal) /Volume de Negócios face a 2015.

Salienta-se que os dados apresentados seguidamente não incorporam o impacto das perdas/reversões de imparidades decorrentes do teste de imparidades realizado em 2015 e 2016, sendo esta uma operação de caráter extraordinário aprovada pela Parpublica.

Plano Redução Custos [artigo 96 .º do DLOE 2016]

Un: Euro

PRC	Meta	2016	2015	2014	2010	Var. Absol	Var. %	Var. Absol	Var. %
						2016/2015		2016/2010	
[0] EBITDA		813.895	905.950	531.891	885.852				
[2] FSE		300.015	301.909	301.770	525.824	-1.893	-1%	-225.808	-43%
[3] Gastos com pessoal		155.186	158.493	152.934	174.691	-3.307	-2%	-19.506	-11%
[4] Indemnizações pagas por rescisão	n.a.	0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
[5] Impacto da reversão das reduções remuneratórias		2.111	810	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
[6] Total Gastos = [1]+[2]+[3]-[4]-[5]		455.201	460.401	454.704	700.515	-5.200	-1%	-245.314	-35%
[7] Volume de Negócios		1.265.594	1.135.934	1.071.169	1.431.682	129.660	11%	-166.088	-12%
[8] Peso dos Gastos no VN (%) [4]/[5]		36,0%	40,5%	42,4%	48,9%	-4,6 p.p.		-13,0 p.p.	
DLOE 2016									
comunicações (FSE)	menor que 2014	3.934	3.828	3.642	6.161	107	3%	-2.226	-36%
Deslocações/Estadas (FSE)	menor que 2014	63	410	203	272	-348	-85%	-209	-77%
Ajudas de custo (Gastos com pessoal)		0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Número Total de RH(OS+CD+Trabalhadores)		8	9	9	n.a.	-1	-11%	n.a.	n.a.
Órgãos Sociais ⁽²⁾		3	3	3	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direção (CD)		1	1	1	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)		4	5	5	n.a.	-1	-20%	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores/Cargos Direção		4	5	5	n.a.	-1	-20%	n.a.	n.a.
Viaturas									
Nº Viaturas	menor que 2015	2	2	2	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	menor que 2015	5.950	5.952	6.907	n.a.	-2	-0,03%	n.a.	n.a.

⁽¹⁾ n.º 2 artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

⁽²⁾ Incluidos membros do CA [Presidente e Vogal -> Desempenho de cargos sociais SIMAB; não incluído 1 Vogal CMF -> não auferir remuneração]

a) para atenuar o peso dos GO/VN não são consideradas indemnizações por rescisão nem o efeito da reversão das reduções remuneratórias (2015 - art. 4.º da lei 75/2014, de 12 de set. 2016 - art. 2.º da Lei 159-A/2015, de 30 dez.

b) o volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios reduziu em 4,6 pontos percentuais, relativamente ao período homólogo do ano anterior, decorrente, essencialmente, do aumento no volume de negócios em 129,7 m€ (+11%), tendo os gastos operacionais diminuído 5,2 m€ (-1%).

Redução dos gastos com comunicações

De acordo com o artigo 96.º, do Decreto-Lei 18/2016, de 13 de abril, os gastos com comunicações, devem manter-se ao nível do verificado a 31 de dezembro de 2015 ou a 31 de dezembro de 2014, consoante o que apresentar o menor valor.

Comparativamente com 2014 (menor dos dois anos) as comunicações apresentam-se superiores em 8% (+292 euros), desvio maioritariamente explicado pelo aumento do gasto com despesas de correio. Quando comparada com 2010, esta rubrica regista um decréscimo de 36% (-2,2 m€).

Redução dos gastos com deslocações/Alojamento

De acordo com o artigo 96.º, do Decreto-Lei 18/2016, de 13 de abril os gastos com deslocações e estadias devem manter-se ao nível do verificado a 31 de dezembro de 2015 ou a 31 de dezembro de 2014, consoante o que apresentar o menor valor.

Comparativamente com 2014 (menor dos dois anos) esta rubrica apresenta-se inferior em 69% (-140 euros) correspondente a deslocações em serviço e, face a 2015, diminui em 348 euros (-85%).

Redução dos gastos com ajudas de custo

Não se verificaram despesas com ajudas de custo.

Número de trabalhadores, efetivos e de cargos dirigentes

As orientações constantes nos IPG's para 2016 referiam que as empresas deveriam prosseguir a redução dos seus quadros de pessoal acrescentando, no entanto, que deveriam estar adequados às efetivas necessidades de uma organização eficiente.

A MARF, S.A. apresenta, em 31/12/2016, o número de 8 trabalhadores, dos quais 3 órgãos sociais, sendo de referir que: (i) 2 membros do CA não auferem remuneração, sendo o desempenho de cargos sociais debitado pela SIMAB, S.A. à MARF, S.A., e; (ii) o membro do Conselho de Administração nomeado pelo Município de Faro também não é remunerado. Em setembro de 2016, foi rescindido o contrato, por mútuo acordo com um colaborador da área operacional.

Redução dos gastos com viaturas

De acordo com esta disposição legal, os gastos associados à frota automóvel devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2015 ou 31 de dezembro de 2014, consoante o que apresentar o menor valor.

Comparativamente com 2015, (menor dos dois anos) esta rubrica apresenta-se inferior em 0,03% (-2€). Importa referir que o exercício de 2016 incorpora gastos com a manutenção (considerada extremamente necessária dada a vida útil da viatura afeta à área operacional) no valor de 982 euros. Saliente-se ainda a redução em 14%, quando comparados com 2014 e 44% quando comparado com 2010;

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Os valores apresentados como disponibilidades, na MARF, S.A., são mantidos apenas no montante que visa garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, impostos, salários.

Os “excedentes de tesouraria” gerados são sempre aplicados na redução da dívida financeira, por forma a minimizar o custo do financiamento.

Importa salientar que, no âmbito da gestão financeira corrente da empresa torna-se necessário manter disponibilidades à ordem na banca comercial, pelas razões que expomos seguidamente:

1. A possibilidade de acesso a financiamento bancário de curto (intercalar) e/ou, eventualmente, o de médio e longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade do MARF, S.A.. A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de curto prazo depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto dessas instituições;
2. A impossibilidade de obter autorizações de débito direto do *homebanking* do IGCP, através de ficheiros em formato standard gerados pelas aplicações informáticas internas, as quais são compatíveis com os sistemas de pagamento do *homebanking* da banca comercial.

Não havendo, portanto, excessos de liquidez/tesouraria, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, S.A. solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB em 2016⁸, tendo sido autorizado através do Despacho n.º 1075/16 SET, de 27 de outubro de 2016.

16. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas

Em julho de 2016, na sequência da auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas (Proc.N.º 24/15 AUDIT) ao Controlo do Setor Empresarial do Estado, foi exercido o contraditório relativo à justificação e quantificação da apresentação de Reservas e Ênfases na CLC dos exercícios de 2013 e 2014, tendo sido evidenciado que as reservas não transitaram para 2015. Em novembro de 2016, foi recebido o Relatório de Auditoria aprovado em 2ª S relativo ao Controlo do Setor Empresarial do Estado efetuado pelo Ministério das Finanças, não sendo referida qualquer recomendação.

⁸ Conforme previsto no n.º 1 do artigo 86º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, para o exercício de 2016

17. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal DGTF)

A MARF, S.A. não divulga informação no sítio da internet do SEE, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

18. Cumprimento das orientações legais

A análise ao cumprimento das orientações legais de forma sistematizada pode ser analisada do quadro de seguida:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referencia ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/PAO:					Ponto II.1 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
EBITDA [segundo o SNC expurgado dos rendimentos originados pela integração plena das taxas de acesso decorrente de rescisões contratuais com operadores]	x			1%	EBITDA = 675,3 milhares de euros
(FSE's + Gc/P)/VN		x		0,2%	Desvio desfavorável
Gastos com comunicações		x		8,1%	Ponto II.1 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Gastos com deslocações/alajamento		x		44,2%	Ponto II.1 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Gastos com Frota		x		6,6%	Ponto II.1 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
PMP (Fornecedores)	x			-33%	PMP = 29 dias compara com onjetivo de 43
Dívida/Capital Próprio				nd	Redução Dívida/(Capital próprio negativo)
EBIT/Capital Próprio				nd	Crescimento EBIT/(Capital próprio negativo)
Metas a atingir constantes no PAO 2016					
Princípios Financeiros de referência (apresentados no ponto anterior)					
Investimento	x			-8%	
Quadro de pessoal	x			0%	RH = 8 em 2016 compara com 9 em 2015 (sai um colaborador em set.16 rescisão mutuo acordo)
...					
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		
Gestão do Risco Financeiro	x			1,30%	Taxa média de financiamento - Ponto II.2 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-3%	Endividamento diminuiu 445,3 milhares de euros - Ponto II.2 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Evolução do PMP a fornecedores	x			-24	PMP =28 dias - Ponto II.3 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Divulgação dos atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			69 €	Ponto II.3 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					Ponto II.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Intervenção acionista ao abrigo do artigo 35.º CSC	x				
Remunerações:					Ponto II.5 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não atribuição de prémios de gestão	x				Os Órgãos Sociais indicados pela SIMAB, S.A., não auferem diretamente qualquer remuneração na esfera pessoal, uma vez que, de acordo com o EGP apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam.
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x				O OS, indicado pelo Município de Faro, não aufer e qualquer remuneração, atendendo ao estipulado no artº31 do EGP.
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016					
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2016			x		Não existe Auditor Externo
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			2.111 €	Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do art.º 38 da Lei 82-B, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março	x				
EPGP - Artigo 32º e 33º					
Utilização de cartões de crédito	x				Ponto II.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações			x		
Valor máximo de combustiveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço			x		
Despesas não documentadas ou confidenciais					
Proibição de realização de despesas não documentadas	x				Ponto II.8 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					Ponto II.9 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens		x			Não se encontra disponibilizado no sítio da internet da empresa, justificar a não divulgação

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referencia ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Prevenção da corrupção	x			www.marf.pt	Ponto II.11 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração e divulgação do relatório anual					
Contratação Pública					
Normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto II.10 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		zero contratos submetidos
Auditorias do Tribunal de Contas	x				Ponto II.16 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Parque Automóvel					Ponto II.13 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
N.º viaturas	x			1	
Gastos com viaturas	x			2%	Desvio desfavorável
Gastos Operacionais das empresas Públicas (DLOE2016)					Ponto II.14 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
EBITDA >0, Redução do peso dos Gastos operacionais no VN	x			-4,6 p.p	Peso Gastos Operacionais no VN = 36% -> decréscimo em 4,5 p.p face a 2016.
Gastos com comunicações		x		107 €	aumento apurado na rubrica de comunicações postais com envio de correspondência assoc ao procedimnto de controlo de creditos
Despesas com deslocações e alojamento	x			-348 €	
Despesas com ajudas de custo	x			0	NA
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 82-B/2014)					Ponto II.14 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Nº de Trabalhadores	x			Absol= 0; Var: 0%	Eficiência da empresa.
VN/Nº trabalhadores				31.984 €	Var. absoluta face a 2015
Nº de cargos dirigentes	x			25%	Var. relativa a 2015
				Absol= 0; Var: 0%	Eficiência da empresa.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014)	x				Ponto II.15 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] -
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	x			0%	Despacho 1075/16 SET de 27 de outubro de 2016, de execacionamento a todas as empresas do GRUPO SIMAB, incluindo a MARF, SA
Disponibilidades e aplicação na Banca Comercial				20.851 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	x			0 €	Não foram recebidos juros de depósitos em 2016

O Conselho de Administração da MARF, S.A.

Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo

Gonçalo Matos Correia Castro de Almeida Velho

Teresa Alexandra Viegas Correia

Faro, 10 de março de 2017